

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

DANIELLA DUTRA SOUSA

**PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA ENQUANTO FERRAMENTA
INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

VITÓRIA

2021

DANIELLA DUTRA SOUSA

**PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA ENQUANTO FERRAMENTA
INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Dra. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá

Coorientadora: Prof. Rayanne Rodrigues de Freitas

VITÓRIA

2021

DANIELLA DUTRA SOUSA

**PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA ENQUANTO FERRAMENTA
INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

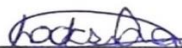
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Dra. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá

Coorientadora: Prof. Rayanne Rodrigues de Freitas

Vitória, 11 de Maio de 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Rayanne Rodrigues de Freitas
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Daniel Poubel Matos da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Ms. Flaviane Salles
Universidade Federal do Espírito Santo

PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA ENQUANTO FERRAMENTA INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resumo: Este estudo visa mapear e analisar as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física, cujas temáticas envolvam as Práticas Corporais de Aventura (PCAs) enquanto ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência. Destacamos a problemática referente as possíveis contribuições desta prática corporal tomando por base de análises os objetivos, os sujeitos/tipologias, os campos de atuação e os principais resultados obtidos nesta experimentação. Realizamos levantamento bibliográfico por meio das análises de revistas com extratos diferentes, cuja a classificação Webqualis/CAPES variaram de B2 à B4, sendo selecionadas as seguintes revistas: Licere, Sobama e Pensar a Prática. Os dados revelaram um número reduzido de pesquisas publicadas envolvendo as PCAs e pessoas com deficiência. Ainda assim, foi possível observar que a deficiência não é impedimento para que essas práticas sejam desenvolvidas, entretanto, é necessário investimento não só para inserção desse conteúdo nas aulas de Educação Física, como também de pesquisas voltadas para essa temática que possa colaborar com a efetivação das PCAs na práxis.

Palavras chaves: Educação Física, Inclusão, Práticas Corporais de Aventura.

BODY ADVENTURE PRACTICES AS AN INCLUSIVE TOOL FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

Abstract: This study aims to map and analyze the scientific productions published in Physical Education journals, whose themes involve the Adventure Body Practices (ABPs) as an inclusive tool for people with disabilities. We highlight the problematic regarding the possible contributions of this corporal practice taking as basis of analysis the objectives, the subjects / typologies, the fields of action and the main results obtained in this experimentation. We carried out a bibliographic survey through the analysis of magazines with different extracts, whose classification Webqualis / CAPES varied from B2 to B4, with the following magazines being selected: Licere, Sobama and Pensar a Prática. The data revealed a small number of published research involving PCAs and people with disabilities. Even so, it was possible to observe that disability is not an impediment for these practices to be developed, however, it is necessary to invest not only to insert this content in Physical Education classes, but also in research focused on this theme that can collaborate with the effectiveness of ABPs in praxis.

Keywords: Physical Education, Inclusion, Adventure Body Practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NO CONTEXTO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	9
3	METODOLOGIA	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
4.1	Análise dos Objetivo dos Periódicos	23
4.2	Campo	24
4.3	Sujeitos	24
4.4	Resultados	25
5	CONCLUSÃO	27
6	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

As Práticas Corporais de Aventura (PCAs), segundo Carvalho (2005) e Coimbra (2006) surgiram na década de 60 e se desenvolveram nos anos 70, crescendo consideravelmente quando o homem passou a buscar uma maior interação com o meio ambiente para fugir da preocupação, correria, estresse e outras doenças que assolam a sociedade atual advindas da industrialização, desenvolvimento e avanços tecnológicos. Em relação ao que se refere as nomenclaturas Bungenstab e Colaboradores (2017, p. 30) apontam que,

diversas são as nomenclaturas dadas a essas práticas. Dias, Melo e Alves Junior (2007) referem-se a “esporte na natureza”, Betrán e Betrán (2006) usam o termo “atividade física de aventura na natureza”. Já Marinho (2004) chegou a utilizar o termo “atividades na natureza”. Vale ressaltar, contudo, que as diversas nomenclaturas concordam que essas práticas sempre ocorrem em ambientes naturais (sejam eles terrestres, aquáticos ou aéreos) cujos objetivos se diferenciam daqueles atrelados aos esportes tradicionais.

Segundo Inácio et al. (2016) essas práticas vêm se difundindo em diversos campos, sobretudo no campo do lazer, como um produto a ser consumido, principalmente por trazer sensações de riscos reais e imaginários e qualidade de vida, devido as suas características básicas como risco controlado, vertigem, proeza e imprevisibilidade. Nessa mesma direção, Cantorani (2013) também reitera que as PCAs promovem uma sensação de conquista da liberdade, de prazer e proporcionam um reencontro com a possibilidade de viver a vida, de ter autonomia e autoestima. Diante disso, as PCAs se tornam uma opção de lazer para diferentes grupos da sociedade, incluindo as pessoas com deficiência, uma vez que essas práticas, como afirma Carvalho (2005), funcionam como estímulo para vivenciar os enfrentamentos.

Munster (2004) realizou uma pesquisa que envolvia a participação de pessoas com deficiência visual em um programa de Esportes na natureza. Após o término do programa, foram realizadas entrevistas que tinham como um de seus objetivos verificar se os participantes observaram algum tipo de mudança decorrente de sua participação. Algumas das respostas indicaram que a experimentação de tais práticas contribuíram positivamente para a melhoria de aspectos motores, como melhor preparo físico, maior resistência e capacidade de equilíbrio. Aspectos psicoemocionais também foram evidenciados, entre eles, uma melhor disposição, diminuição da ansiedade, maior autocontrole, auto segurança e autoconfiança.

O estudo também nos chama atenção para o quanto as práticas de aventura são potentes para o despertar dos sentimentos de conquista da independência e da autonomia, como pode ser observado na fala de um dos entrevistados, que é trazida por Munster (2004, p. 240),

[...] eu era muito restrito, muito preso devido à deficiência visual, não tinha liberdade pra sair nem no portão que logo alguém da minha família perguntava aonde eu iria, já falavam para não fazer isso ou aquilo que era perigoso... [...] hoje quando falo que vou participar de certas atividades, meus parentes ficam me chamando de maluco, falando que nunca viu um deficiente fazer isso [...]

Ainda de acordo com a autora, tais experiências contribuem para a inclusão social dos indivíduos, constituindo-se assim, em práticas inclusivas, posto que, a contar do momento que elas não se estabelecem em função do grau de deficiência de seus praticantes, mas sim, evidenciando as características individuais das pessoas, se tornando uma prática com perspectiva emancipatória conforme Gesser, Block, Mello (2020) ao entender a deficiência como forma de opressão social e criticar os processos de patologização e objetificação da pessoa com deficiência.

Para tanto, vale salientar que, para que essa prática corporal se constitua numa prática acessível aos indivíduos com deficiência, é necessário que os processos de ensino-aprendizagem sejam ajustados as diversas necessidades desses indivíduos.

Sendo assim, Costa (2009, n.p) também reitera que,

o contato com os esportes na natureza, a possibilidade de ver nela uma forma de inclusão sócio-educacional, a sensibilidade que esta propicia às pessoas em todos os aspectos, configuram-se [...] como uma das práticas sociais de maior relevância, dada a ampla gama de atividades que esta prática pode promover às pessoas [...]"

Desse modo, ele conclui que a introdução de indivíduos com deficiências nas PCAs se torna um fator crucial para a redução de preconceitos, superação de barreiras e obstáculos, se tornando uma forma de unir pessoas. Essa união de diversos meios sociais é uma das funções das práticas corporais, como salienta Bungenstab (2013, p. 144). No entanto os autores reconhecem que a inclusão¹ social tem sido um desafio, em especial se tratando das PCAs, por esse tema ser recente.

Sendo assim, as PCAs nas aulas de Educação Física são essenciais para diversificar o conteúdo e enriquecer o acervo cultural dos alunos, além de ser uma estratégia para a promoção de práticas inclusivas, uma vez que a Constituição Federal no artigo 6º assegura o direito de todos a educação e lazer ao expressar, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

¹ Inclusão segundo Chicon e Sá (2012, p. 34) “é a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais ao ambiente escolar e social, tendo a sociedade que se adequar para atender às reais necessidades dessas pessoas”.

Entretanto, sabemos que mesmo preconizando esses direitos na legislação, existe uma lacuna na formação inicial dos professores de Educação Física que podem se tornar um impedimento para a ministração dessas práticas nas escolas, conforme nos afirma Almeida e Gaspári (2014, p. 163) “o desafio é a capacitação de novos profissionais de Educação Física em Aventura, há uma carência enorme [...] Em geral hoje, as Instituições de Ensino Superior colocam na grade a disciplina, mas não encontram professores [...]”

Diante do exposto, é necessário destacar que as PCAs também se fazem presente no contexto da Educação Física Escolar. Percebemos assim como Guedes e Bungenstab (2019) que o acesso as PCAs em geral ocorrem em ambientes não escolares em momentos de lazer, no entanto, há uma parte da população que não dispõe de meios necessários para desfrutar dessas práticas, sendo importante a possibilidade de inserção na escola. Assim sendo, as PCAs se inserem no âmbito escolar nas aulas de educação física, sendo estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC (BRASIL, 2017) traz as Práticas corporais de aventura como objeto de trabalho pedagógico que se estrutura em duas vertentes, urbana e na natureza, possibilitando ao aluno vivenciar e experimentar práticas corporais em vários meios. As PCAs na natureza têm como características explorar as incertezas trazidos pelo ambiente para o praticante, gerando vertigem e um risco controlado, são exemplos a corrida orientada, rapel, tirolesa entre outros.

Já as PCAs urbanas tendem a explorar a "paisagem de cimento" gerando condições de vertigem e risco controlado durante sua prática, como parkour, skate, bike etc. As PCAs não se vinculam apenas à ideia de vivenciar e/ou aprender, mas também à proposta de experimentar atividades com uma concepção diferente, fazendo com que a aprendizagem não fique somente em uma esfera, mas se amplie através das experiências com o meio.

De acordo com Inácio et al. (2016, p.171) “[...] a BNCC indica que a área deve oportunizar aos sujeitos formas de ação e interação no mundo e também favorecer processos de construção de sentidos”, ou seja, as PCAs sendo um conteúdo da Educação Física Escolar pode proporcionar a constituição de novas subjetividades nos indivíduos, criando formas mais aprofundadas de se expressar. Dito isso:

Realizar aulas de Educação Física em ambientes diversificados, explorando a natureza, pode despertar nos alunos a curiosidade pelo novo, fazendo com que eles participem das aulas mais entusiasmados, com mais interesse, experimentando novas sensações e emoções através de atividade física diferenciada e orientada (PEREIRA; CARVALHO; RICHTER, 2008 apud CAPAVERDE. et al. 2012, p. 59).

Dito isso, observa-se a necessidade de produção de literaturas sobre esse tema a fim de atingir os professores da Educação Física Escolar, visto que há ainda poucos estudos que abordam a inclusão de pessoas com deficiência e as PCAs, tanto em ambiente escolar quanto no âmbito do lazer, sendo esse o principal motivo para a realização desse trabalho.

Nessa direção, pretende-se com essa pesquisa propiciar a reflexão dos pesquisadores e professores de Educação Física do lugar das PCAs na perspectiva inclusiva no ambiente escolar e no lazer.

Sendo assim, o presente estudo busca responder a seguinte problematização: O que vem sendo produzido no campo da Educação Física nos últimos 20 anos, em termos de artigos científicos, no que tange a articulação entre PCAs lazer e escola, pensando-as enquanto ferramentas potentes para se fomentar a inclusão de pessoas com deficiência?

Para responder a tal questionamento, buscaremos neste estudo, mapear e analisar as produções científicas veiculadas nos periódicos² da área de Educação Física cujas temáticas envolvam as PCAs enquanto ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência, com o especial destaque problematizar as possíveis contribuições destas práticas corporais tomando por base de análises os objetivos, os sujeitos/tipologias, os campos de atuação e os principais resultados obtidos nesta experimentação.

2 PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NO CONTEXTO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A relação entre esportes e pessoa com deficiência surge aproximadamente em 1870, porém, precedente ao movimento pós-guerra já existia desporto adaptado para deficientes auditivos, ocorrendo eventos desportivos com a participação de surdos, organizados por escolas especiais nos EUA (WINNICK,2004; ARAÚJO, 1997, apud CARDOSO, 2011, p. 531). No entanto, começa a ter uma força maior quando soldados alemães, feridos em combate na Primeira Guerra Mundial, buscam uma forma de aliviar o estresse em detrimento da guerra e acabam encontrando esse escape nos esportes (SILVA et al, 2019).

Os autores também reiteram que mais tarde, em 1960, em conjunto com os Jogos Paraolímpicos, surgia os esportes que traziam um sentimento de liberdade em seus praticantes e tinham o risco, a emoção e o desafio às leis da natureza como elementos fundantes. Inicialmente, esses esportes foram chamados de Esportes Radicais, no entanto, com o decorrer

² Licere, Pensar a Prática e Sobama

do tempo a partir de novos pesquisadores como Betrán e Betrán (2006), Marinho (2004), entre outros e novos estudos, esta nomenclatura sofreu diversas alterações, tais como; Esportes de Aventura, Esportes na Natureza, Atividades Físicas da Aventura, Práticas Corporais de Aventura na Natureza, Práticas Corporais de Aventura, entre outras.

Para efeito desse estudo, utilizaremos como nomenclatura “Práticas Corporais de Aventura (PCAs)”, conforme abordado pela BNCC (2017). E de forma a trazer um melhor entendimento das PCAs, enfatizamos a importância de caracterizá-las e classificá-las.

Para isso, Bungenstab e Colaboradores (2017) as classifica traçando por um elemento comum, o equilíbrio, por considerá-lo essencial para os indivíduos manterem posturas e posições. Sendo assim a classificação não se reduz somente ao ambiente, uma vez que existem outros elementos que as caracterizam. Essa divisão se dá pelo ambiente em que as modalidades são praticadas, terra, ar ou água e quais práticas possuem o equilíbrio como elemento base. Portanto, essa será a classificação utilizada nesse estudo, conforme mostrado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Classificação das Práticas Corporais de Aventura

	Modalidades	Práticas que possuem o equilíbrio como elemento fundante
Modalidades praticadas em terra	Caving; corrida de aventura; corrida de orientação; arvorismo; escalada; <i>mountain bike</i> ; <i>parkour</i> ; <i>skate</i> ; <i>treking</i>	- Mountain bike - Parkour - Skate
Modalidades praticadas no ar	Asa delta; balonismo; bungee jump; paragliding; paraquedismo; tirolesa; slackline; falsa-baiana	- Slackline - Falsa-baiana
Modalidades praticadas na água	Canoagem; mergulho; surfe; stand up poddie; rafting; windsurfe	- Surfe - Stand up poddie - Windsurfe

Fonte: Bungenstab e Colaboradores (2017, p. 34)

Como observado no quadro acima, os autores classificam as PCAs em três modalidades, praticadas em terra, no ar e na água. As modalidades praticadas em terra compõem-se das seguintes práticas: Caving, corrida de aventura, corrida de orientação, arvorismo, escalada, *mountain bike*, *parkour*, *skate* e *treking*, onde *mountain bike*, *parkour* e *skate* possuem o equilíbrio como elemento fundante. Já as modalidades praticadas no ar se constituem em asa delta, balonismo, bungee jump, paragliding, paraquedismo, tirolesa, slackline e falsa-baiana,

dessas, somente slackline e falsa-baiana possuem o equilíbrio como elemento crucial. E por último as modalidades praticadas na água que integram canoagem, mergulho, surfe, stand up poddie, rafting, windsurfe, dispondo do equilíbrio como integrante fundante apenas o surfe, stand up poddie e windsurfe.

De forma a caracterizá-las, Inácio (2016) traz vertigem, risco, perícias, proezas, imprevisibilidade e um ambiente desafiador que precisam ter um olhar atento, principalmente se tratando do ambiente escolar, de forma a não restringir o acesso dos estudantes a diferentes emoções, sensações e à ampliação de seu acervo cultural e de movimentos.

Aplicando essas modalidades a caracterização de Inácio, podemos observar que todas apresentam um ambiente desafiador e imprevisível, trazendo o risco como um fator marcante. Como propõe Costa (2000) esse risco nas PCAs pode ser calculado e controlado, permitindo aos seus praticantes desenvolver habilidades como o surgimento de força que testa seus limites. Embora, essas práticas tenham sido popularizadas e há décadas desde o seu surgimento, as experiências com pessoas com deficiência são escassas, apesar do interesse desse público, como afirma Silva et al(2019) e dos benefícios evidenciados por essa prática, como; “a reabilitação física, psicológica e social, melhoria geral da aptidão física, grandes ganhos de independência e autoconfiança para a realização de atividades da vida diária, além de uma melhora do autoconceito e da autoestima dos praticantes” (CARDOSO, 2011, p. 531).

Essa possibilidade de ganho se estende também ao trabalho dessas práticas no contexto escolar, permitindo abordar elementos que enfatizam os aspectos históricos dos esportes e da formação humana, oportunizando trabalhar questões que ensine aos estudantes a lidar com frustrações nos esportes e no dia a dia através da exposição de questões como segurança, confiança, cooperação, respeito ao próximo e superação de limites (SILVA et al, 2019, p. 56).

Ao trabalhar com as PCAs com estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, muitas instituições escolares apresentam uma resistência devido aos possíveis riscos, no entanto é preciso sustentar a necessidade de buscar os riscos imaginários e não os riscos reais, como afirma Vieira e Carvalho (2019). Os autores seguem trazendo as PCAs na escola de forma mais simbólica e reduzida da realidade, buscando adaptar as condições físicas e emocionais dos alunos. Dessa forma, as PCAs podem ser consideradas uma prática de perspectiva inclusiva, “[...]visto que contribuem para os processos de formação e inserção dos alunos na cultura de movimento, expressão da juventude local e do momento histórico” como afirma Zorzal (2014, p. 11). A autora ainda aborda que muitos jovens buscam vivenciar essas práticas em ambientes fora dos espaços educativos, tendo em vista que elas não são trabalhadas com tanta frequência

no âmbito escolar, no entanto, as pessoas com deficiência se deparam em ambientes com poucas ou nenhuma condição de vivenciar tais práticas.

Pensando nisso, é emergente que se criem mecanismos para uma nova reorganização social inclusiva, possibilitando “[...] que os jovens e adultos com deficiência possam usufruir dos mesmos espaços e direitos que todos, uma vez que, a sociedade busca acolher as potencialidades desses indivíduos, dando lhes oportunidades de acesso aos contextos sociais” (Zorzal, 2014, p. 11). Contudo, essa reorganização não deve se limitar somente a espaços físicos, mas é necessário trazer um foco para as questões sociais, onde precisa existir uma equidade de oportunidades e participação social, ao passo que a participação e a continuidade nesses espaços se tornem autônoma e independente, possibilitando um desenvolvimento pessoal e social (SASSAKI, 2006 apud ZORZAL, 2014, p. 4).

Zorzal (2014) ainda afirma que as PCAs contribuem para o desenvolvimento da autonomia, ao trabalhar com as tomadas de decisões nas situações vividas durante a prática. Essa prática reconhece o indivíduo com deficiência como “sujeitos com potencialidades e capazes de compartilhar e adquirir conhecimentos com as experiências vividas em seu cotidiano pessoal e social” (SASSAKI, 2006 apud ZORZAL, 2014, p. 14).

E, partindo do pressuposto que o acesso ao esporte e a educação é direito de todos, Carvalho (2005, p. 29-30) traz que a abordagem das PCAs deve ser “[...] feita de forma mais adequada possível, visando explorar as potencialidades de cada indivíduo e respeitando suas necessidade e limitações.”

No entanto, as PCAs só contribuem como agente potencializador e enriquecedor dos processos inclusivos, a partir do momento em que esse conteúdo não é trabalhado de forma meritocrática, valorizando, de forma seletiva, as diferenças individuais, sem criar condições para que todos se apropriem dessa prática livremente.

Portanto é preciso que ele seja trabalhado de forma a explorar a “[...] infinita complexidade dos seres humanos” (CARVALHO, 2005, p. 121) reconhecendo as suas limitações e potencialidades, “[...] oportunizando momentos para que eles possam adquirir e até mesmo ressignificar os conhecimentos práticos e teóricos sobre estas práticas, estimulando seu acervo motor ao se empenharem na pratica das atividades propostas” (ZORZAL, 2014, p.15).

Sendo assim, trabalhar as PCAs com pessoas com deficiência em contextos de aulas de Educação Física, possibilita aos estudantes enfrentar seus medos, superar limites, recuperar autoestima, autonomia e a autoconfiança, além de melhorar o repertório motor, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos indivíduos.

3 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como bibliográfico, sendo feita uma abordagem quantitativa e tem como objetivo mapear e analisar as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física, cujas temáticas envolvam as PCAs enquanto ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência, com o especial destaque problematizar as possíveis contribuições desta prática corporal tomando por base de análises os objetivos, os sujeitos/tipologias, os campos de atuação e os principais resultados obtidos nesta experimentação.

O levantamento foi realizado por meio das análises de revistas com extratos diferentes, cuja a classificação Webqualis/CAPES variaram de B2 à B4. A escolha por revistas com classificação mais baixa se deu pela inexistência de estudos sobre o tema em periódicos com extratos mais altos. Desta forma selecionamos as seguintes revistas: *Licere*, por trazer estudos no âmbito do lazer, *Sobama*, por discutir os assuntos da área de atividade motora adaptada e *Pensar a Prática* por publicar artigos pertinentes ao campo acadêmico-científico da Educação Física em interface com as Ciências Humanas e Sociais, em seus aspectos pedagógicos, históricos, socioculturais e filosóficos.

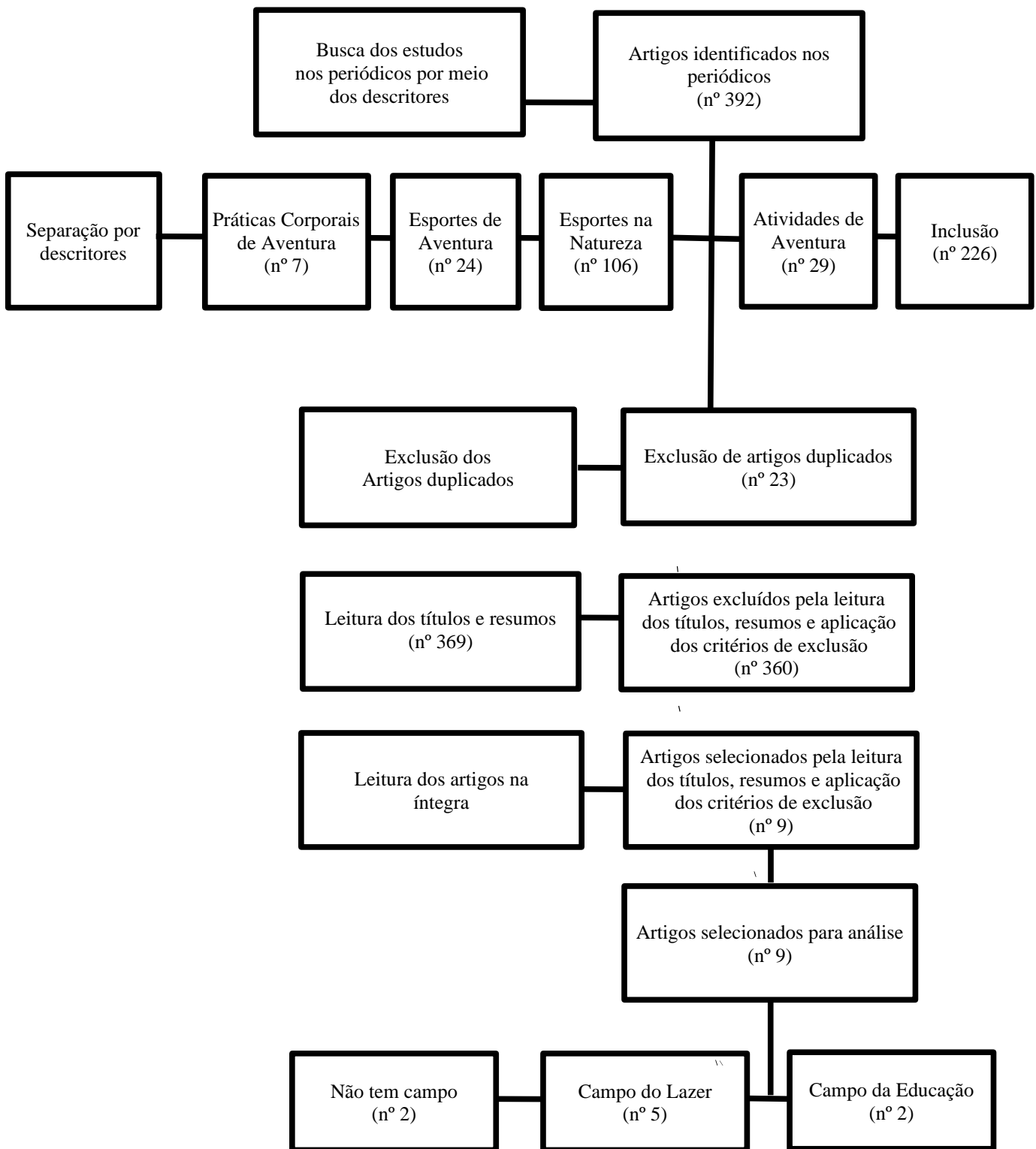
O recorte temporal foi de 20 anos (2001-2020) tomando por base a compreensão de que o movimento de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular surge a partir da década de 90 (CHICON; SÁ, 2012). Para tanto, foi realizada uma visita nos sites das revistas para a seleção dos artigos de estudo, sendo utilizados os termos de busca subsequente: “*Práticas corporais de aventura*”, “*Esportes de aventura*”, “*Esporte da natureza*”, “*Atividade de aventura*” e “*Inclusão*”.

Para a seleção dos artigos foram empregados os seguintes critérios de inclusão: Intervenção no âmbito escolar e no âmbito do Lazer; Abordagem das PCAs; e inclusão de pessoas com deficiência. E de exclusão: Ser de língua estrangeira.

A busca inicial mediante a aplicação dos descritores resultou em um total de 392 artigos. Na sequência excluímos os artigos duplicados, num total de 23 artigos, restando 369. Na continuidade, foi feita a leitura dos títulos e de resumos respeitando os critérios de inclusão,³ onde foram excluídos 360 artigos e selecionados apenas 9. Em seguida, pode ser visualizado um panorama das seleções.

Figura 1 - Fluxograma da pesquisa

³ Intervenção no âmbito escolar e no âmbito do Lazer; Abordagem das PCAs; e inclusão de pessoas com deficiência.



Fonte: Construção da autora, com base no modelo de Gonçalves et al(2020)

Realizamos a análise dos nove artigos conforme as indicações de Bardin (1977) que apresenta três categorias, sendo elas: pré-análise, codificação e categorização. A pré-análise se dá pela leitura dos artigos baixados na íntegra, já a codificação se funda nos critérios de inclusão

e exclusão, e por último a categorização dos dados delimitados conforme os objetivos deste estudo, isto é: objetivos, sujeitos, campos de atuação e principais resultados obtidos na experimentação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a seleção dos estudos analisamos a produção científica sobre as Práticas Corporais de Aventura enquanto ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência. Inicialmente foi analisado o panorama das publicações por cada base de dados. Conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 – Panorama das produções científicas.

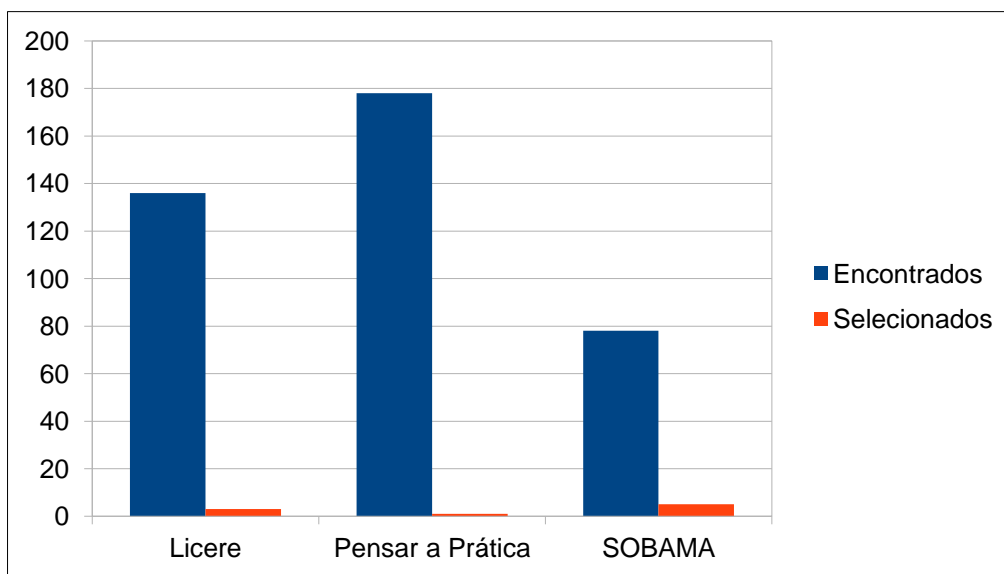
Periódicos	Práticas corporais de aventura	Esporte de Aventura	Esporte da Natureza	Inclusão	Atividade de Aventura	Total
Pensar a prática	7	11	54	98	8	178
SOBAMA	0	2	1	75	0	78
LICERE	0	11	51	53	21	136
TOTAL	7	24	106	226	29	392

Fonte: Construção da autora

A revista Pensar a Prática resultou em maior número de publicações, com um total de 178, no entanto, foi a plataforma que teve menos artigos selecionados após a análise. Em seguida, na revista Licere, deparamos com 136 artigos, sendo apenas 3 selecionados para a revisão. Já a revista Sobama teve um menor acervo de trabalhos encontrados, resultando em 78, porém foi a base com o maior percentual de artigos selecionados, alcançando 5 publicações elegidas.

O gráfico 1 exibe com uma melhor compreensão da quantidade de artigos encontrados e selecionados em cada revista.

Gráfico 1 - Panorama das publicações por revistas.

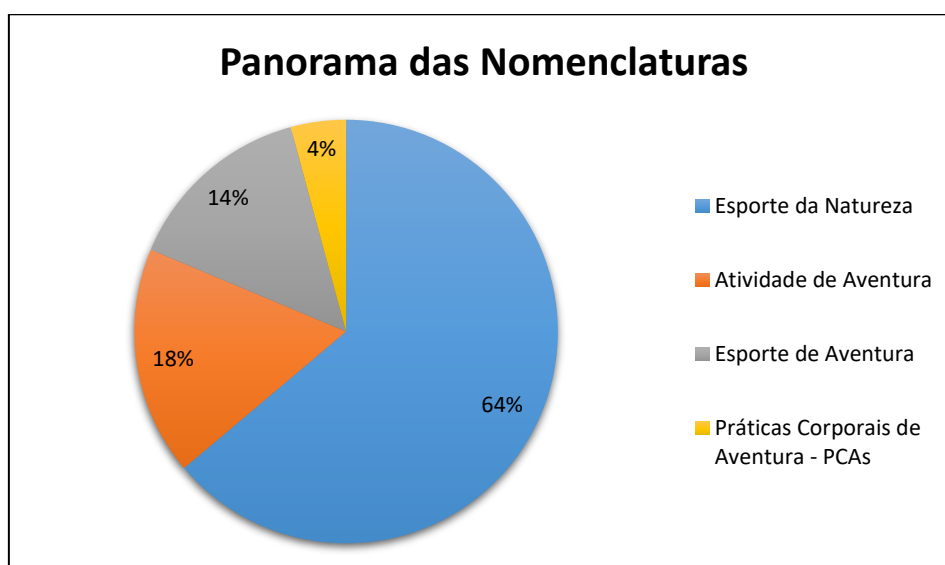


Fonte: Construção da autora

No que se refere a nomenclatura, houve maior recorrência do termo Esporte da Natureza, com 106 artigos encontrados, seguido por Atividade de Aventura com 29 estudos, Esporte de Aventura com 24 trabalhos e por fim Práticas Corporais de Aventura PCAs, com um total de 7 artigos.

É possível observar no gráfico abaixo um panorama das nomenclaturas.

Gráfico 2 - Panorama das nomenclaturas.



Fonte: Construção da autora

Ao analisar esse panorama é possível observar que a recorrência das nomenclaturas Esportes da Natureza e Atividade de Aventura se dá pelo fato dessas terminologias serem mais antigas, e quanto a PCAs, entende-se que o menor percentual é devido essa terminologia ser tratada mais no contexto escolar. Inclusive ao observar a figura 1 percebe-se que a quantidade de estudos voltados para o âmbito da escola é escassa, o que acaba por contribuir para a exclusão dessa prática não só do currículo, como também da vivência desses alunos.

Na continuidade foi possível analisar a categorização dos textos, como mostra no quadro 2, em seguida foi realizado uma análise mais profunda dos estudos a partir das seguintes categorias: objetivo, campo, sujeitos, modalidades e resultados. Em seguida, pode ser visualizado um panorama das publicações.

Quadro 3 - Panorama das publicações acerca das Práticas Corporais de Aventura na educação física escolar, lazer e inclusão

RE-VISTA	ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	SUJEITO	CAMPO	MODALIDADE	RESULTADOS
SOBAMA	2003	Ivan Teixeira Cardoso, Fernanda Hipólito Haddad, Murilo Caccioli de Oliveira, Márcia Cristina Aparecida de Oliveira, Flávio Gomes Fraga, Caio Ferraz Cruz	Círculo aventura: O esporte ao alcance de todos	<p>Incentivar a participação da pessoa com deficiência em atividades desafiadoras que proporcionem prazer, interação social, auto superação e valorização da auto estima.</p> <p>Promover uma reflexão por parte da sociedade de que as desvantagens podem ser superadas com conhecimento, criatividade e força de vontade</p>	Pessoas com deficiência	Lazer	Rapel, tirolesa, falsa baiana, parede de escalada, cama elástica, ponte de cordas e teia de aranha.	Com a realização regular do Circuito Aventura e de outros eventos promovidos por esta parceria, espera-se que a comunidade passe a reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão participante e atuante na sociedade, além de possuir potencialidades a serem desenvolvidas.
SOBAMA	2005	Munster, M.A. ; Almeida, J.J.G.	Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica	<p>Discutir a pedagogia dos Esportes na Natureza e os principais aspectos envolvidos em sua prática.</p> <p>Analisar a contribuição dos mesmos em um programa de Atividade Motora para pessoas com deficiência visual.</p>	A amostra envolvida neste estudo foi composta por um grupo de 11 pessoas com cegueira ou baixa visão, com faixa etária entre 14 e 52 anos.	Educação	O conteúdo programático abrangeu seis modalidades distintas: trekking, rafting, canyoning, escalada em rocha, canyoning e mergulho subaquático.	O estudo demonstrou que quando oferecido de forma sistematizada, planejada e elaborada, o esporte corrobora tanto para o desenvolvimento pessoal, quanto para significativas transformações sociais. Enquanto fenômeno que coexiste com as mudanças sócio-culturais, ao longo dos tempos, vem incorporando novas características agora orientadas tanto para uma relação de parceria e reconciliação entre homem e natureza, como para a consolidação de uma sociedade inclusiva.

Pensar a Prática	2008	Rubens Venditti Jr; Paulo Ferreira de Araújo	Trilhas ecológicas com orientação para pessoas surdas	Promover estratégias metodológicas para as pessoas portadoras de surdez praticarem modalidades esportivas em meio ambiente “natural”. Compreender a adequação destas atividades de lazer e contribuir na construção de bagagens motoras diversificadas e contextualizadas com as necessidades deste público.	Deficiência auditiva - Pessoa Surda	Lazer	Trilhas Ecológicas	Práticas físicas regulares e contato com a natureza, muito restritos aos surdos; Utilização da comunicação de sinais para resolução de tarefas motoras pelo grupo; Intensificação das relações interpessoais e oportunidades de convívio social, reforçando assim a inclusão e participação sociocultural, dentre elas o acesso ao lazer e ecoturismo.
SOBAMA	2012	Chaves, R.; Anjos, J.; Souza, J.V.	Slackline, buscando equilíbrio em meio à “escuridão”	Descrever a experiência da inserção de uma aluna com deficiência visual de 14 anos na prática de modalidade.	Propõe a prática do slackline por pessoas que possuem deficiência visual.	Educação	Slackline	O estudo demonstrou que a inserção da prática de slackline ao participante possibilitou a aquisição de um novo repertório motor, corroborando para a melhora no equilíbrio e força da pessoa com deficiência visual E a participação em uma atividade física que atualmente tem sido muito praticada.

SOBAMA	2012	Rubens Venditti Jr	O ambiente natural como agente facilitador do desenvolvimento sensorial e motor para pessoas com deficiência visual	Buscar compreensões sobre o deficiente visual e atividade motora adaptada em ambiente natural	Realizado com pessoas com deficiência visual, com 10 sujeitos na faixa etária entre 16 e 35 anos de ambos os sexos, autônomos e sem restrições médicas rigorosas, quer sejam patológicas ou terapêuticas.	Lazer	Trilhas Ecológicas - Por entendermos a relação homem/ambiente de fundamental importância para o desenvolvimento do indivíduo e sua vida em sociedade, desenvolvemos esta possibilidade devido à riqueza em estímulos, percepções e impressões colhidas com estas atividades, ultrapassando a escala do desenvolvimento neuromotor.	A pesquisa demonstrou a possibilidade de viabilização e elaboração da trilha ecológica para pessoas com deficiência visual como prática física através da adequação de instrumentos e técnicas, além de programas metodológicos para a capacitação motora e o desenvolvimento sensorial e perceptivo no reconhecimento e exploração do meio ambiente, além de enfatizar a necessidade de reflexão e reestruturação da formação profissional e capacitação acadêmica para o preparo dos professores que atuarão com este público.
Licere	2014	José Roberto Herrera Cantorani	Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro – SP	Compreender o significado da acessibilidade às atividades de aventura na natureza para a vida das pessoas com deficiência e, em consequência, para a qualidade de vida das mesmas.	9 participantes, sendo com paralisia total dos membros inferiores; paraplegia a nível T3; paraplegia a nível T2; baixa visão; paraparesia nos membros inferiores; paraplegia a nível T3/T4 nanismo; e distonia muscular.	Lazer	Rafting e Tirolesa	Os dados mostram que o município obteve um crescimento bastante significativo a partir do seu envolvimento e investimento nas atividades de aventura adaptadas. Os dados também mostram que é grande o número de pessoas com deficiência que buscam por essas atividades de lazer. E mostram ainda que o acesso a esse tipo de atividade resulta em aspectos significativamente positivos para a vida e para a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Licere	2018	Darlan Pacheco Silva; Priscilla Ramos Pinto de Freitas Silva; Joslei Viana de Souza; Marcial Cotes	Atividade Física de aventura na natureza para pessoas com deficiência	Mapear a produção científica em periódicos nacionais, da área de Educação Física avaliados entre A1 e B2 pela WebQualis (2016), além da Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada (B5) relacionados à prática de atividades físicas de aventura na natureza para pessoas com deficiência (PCD).	Pessoas com deficiência – Motora, Auditiva e visual		Rafting, Tirolesa, Trekking, Trilhas ecológicas	Os dados do estudo sugerem, pelas iniciativas relatadas, um número inexpressivo, de pesquisa publicadas envolvendo PCD na prática de AFAN. Mas, ao mesmo tempo, ficou evidenciado que a deficiência não é um impedimento à sua prática, além de apontar que trilhas na natureza são de baixo custo operacional por não necessitar da aquisição de equipamentos elaborados para sua prática.
Licere	2020	Gabriely Stefany Paula; Andria Watanabe de Godoy; Giuliano Gomes de Assis Pimentel; Décio Roberto Calegari	Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para pessoas com deficiência	Sistematizar o estado da arte sobre estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza com PCD. Em termos específicos, o contexto de nossas descobertas visou: identificar em qual ambiente de esporte de aventura podemos encontrar mais atividades adaptadas para os esportes de aventura encontrados.	Pessoas com deficiência: visual, física e múltiplas deficiências.		Rafting, mergulho, surf, escalada, canyoning, caving, trekking, canionismo, tirolesa, orientação à caça ao tesouro, trilha natural, esportoturismo.	Os estudos apenas contemplam atividades de aventura adaptada nos ambientes aquáticos e terrestres e a deficiência visual com o maior número de adaptações para a prática de esportes de aventura na natureza. Acreditamos que o baixo número de referências encontrado além de poder ser considerado uma limitação do estudo, também pode servir de estímulo para que sejam desenvolvidas novas pesquisas que abordem esportes de aventura adaptados para pessoas com deficiências. Em relação ao estado da arte, recomendamos investimento em estudos de adaptação de esportes de aventura na natureza para ambiente aquático e aéreo.
SOBAMA	2015	Joslei Viana de Souza; Rafael de Souza Chaves	O Surfe Adaptado para Pessoas com Deficiência Visual : Uma “Onda” de Sensações	Elaborar estratégias de ensino na iniciação do surfe para pessoas com deficiência visual. Como objetivos específicos: proporcionar a prática do surfe e oferecer como prática de atividade física às pessoas com deficiência visual e adaptar	Desenvolvido com uma adolescente com deficiência visual.	Lazer	Surfe	Portanto, o surfe adaptado é possível ser desenvolvido por meio de um olhar inclusivo em que se acredita nas possibilidades da pessoa com deficiência visual e como isto pode ser feito através de adaptações, seja no ambiente, materiais ou

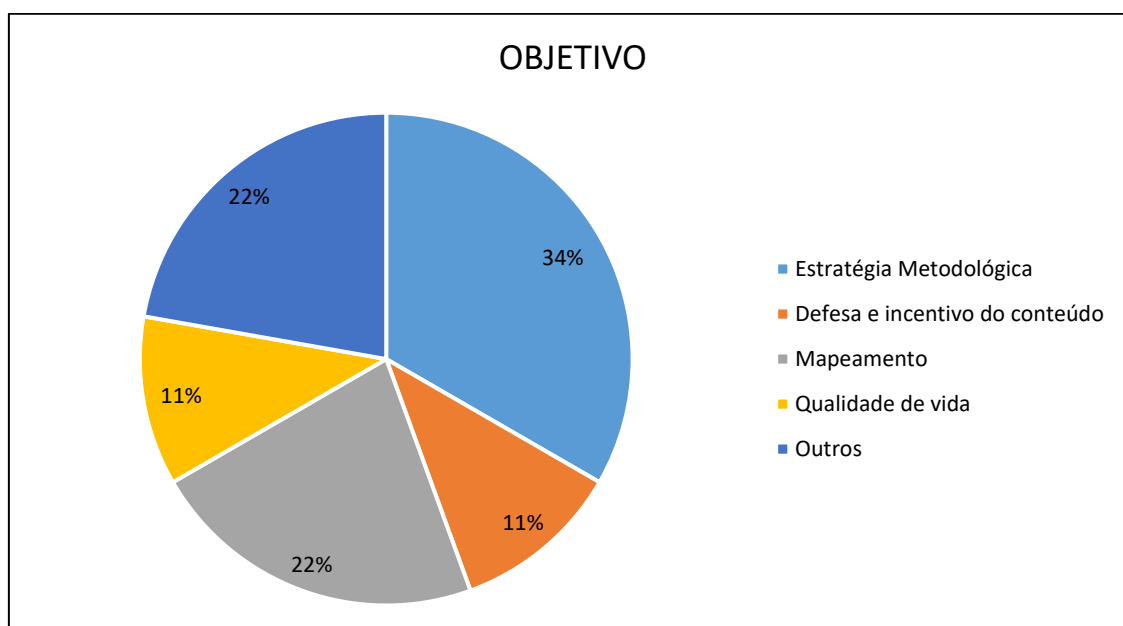
			os equipamentos utilizados no surfe, quando necessário.			estratégias de ensino e que isto possibilite uma “onda” de sensações.
--	--	--	---	--	--	---

Fonte: Construção da autora

4.1 Análise dos Objetivo dos Periódicos

No que tange aos objetivos dos periódicos foi elaborado um gráfico, conforme o quadro 2, para melhor analisar a recorrência de cada objetivo em relação as estratégias metodológicas abordadas, a defesa e incentivo do conteúdo, mapeamento, qualidade de vida e a abordagem de uma temática específica para uma tipologia.

Gráfico 3 – Recorrência do Objetivo



Fonte: Construção da autora

Como observado no gráfico acima 34% (3) dos textos são voltados para abordagem de uma Estratégia metodológica, 22% (2) tratam uma unidade temática específica para uma tipologia (Outros) 22% (2) referem-se ao Mapeamento, 11% (1) apresenta Defesa e incentivo do conteúdo e os últimos 11% (1) discute sobre Qualidade de vida.

Sendo assim, é possível analisar que os objetivos mais recorrentes estão voltados para a construção de estratégias metodológicas, mapeamento de publicações sobre o tema e estudos onde há uma unidade temática específica para uma tipologia (Outros). Essa recorrência aponta que as PCAs enquanto ferramenta inclusiva é uma perspectiva emergente, corroborando com Silva et al (2019) ao dizer sobre a escassez de experiências dessa prática com pessoas com deficiência. No que tange as estratégias metodológicas não há um único caminho a se trabalhar as PCAs, visto que a abordagem deve “[...] feita de forma mais adequada possível, visando explorar as potencialidades de cada indivíduo e respeitando suas necessidade e limitações”

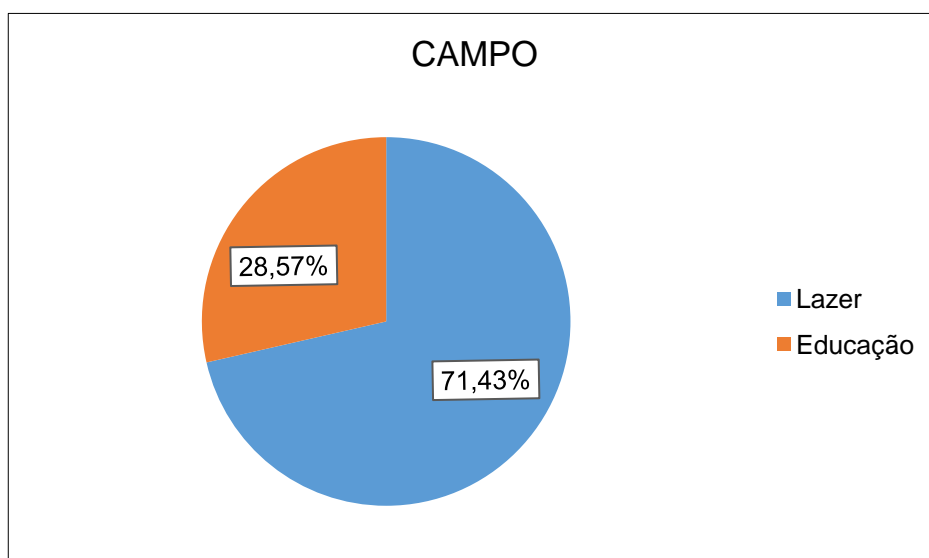
(CARVALHO, 2005, p. 29-30). Nesse sentido, os estudos buscam saber o que vem sendo produzido sobre o tema e buscam desenvolver a defesa do conteúdo como perspectiva inclusiva, no entanto, a produção é incipiente, não havendo um acúmulo de conhecimento por parte dos autores, sendo necessário pesquisas e produção de conteúdo sobre o assunto abordado.

4.2 Campo

No que concerne ao Campo analisado, Lazer e Educação, é possível observar que os textos são predominantemente da área do lazer e não pensados como conteúdo da escola, isso se deve principalmente pelo fato da abordagem dessa temática na BNCC ser recente, e como afirma Tavares et al (2019, p. 189) “[...]a temática específica da BNCC e as suas relações com a Educação Física ainda constitui assunto pouco abordado na produção acadêmica do campo”. Isso posto, faz-se necessário a realização de estudos mais voltados para o trato do conteúdo Práticas Corporais de Aventura inclusiva no contexto escolar

Vale ressaltar que 100% da amostra representam 7 textos, pois os outros 2 são textos de revisão sistemática, sendo observado 71,43% (5) relacionados ao campo do Lazer e 28,57% (2) ao campo da Educação.

Gráfico 4 – Recorrência do Campo

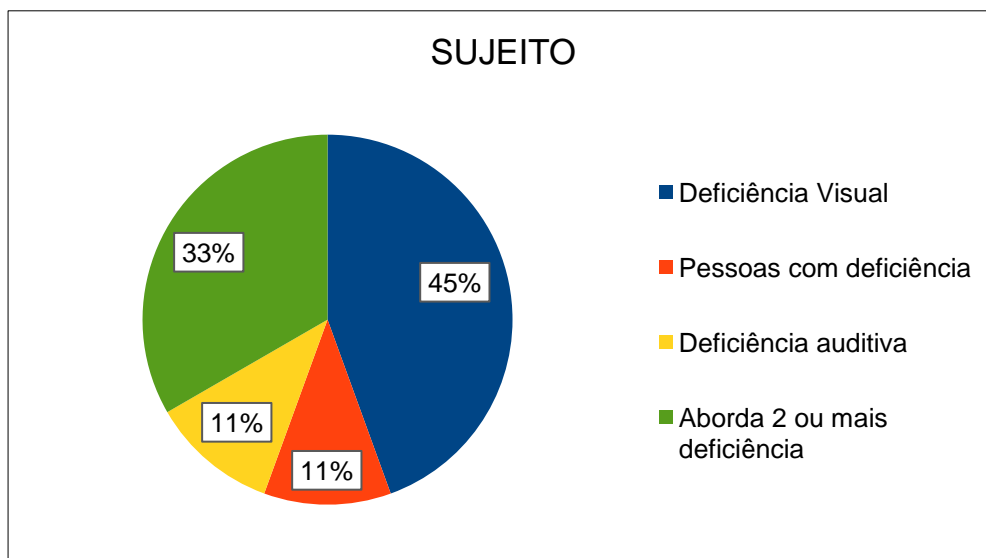


Fonte: Construção da autora

4.3 Sujeitos

A partir dos dados do quadro 2 no que concerne a categoria analisada, Sujeito, foi confeccionado um gráfico para melhor analisar sua recorrência. Sendo observado 45% (4) dos textos voltados para Deficiência Visual, 33% (3) abordam duas ou mais deficiência, 11% (1) referem-se à Deficiência auditiva, e os outros 11% (1) assinala Pessoas com deficiência, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Recorrência do Sujeito



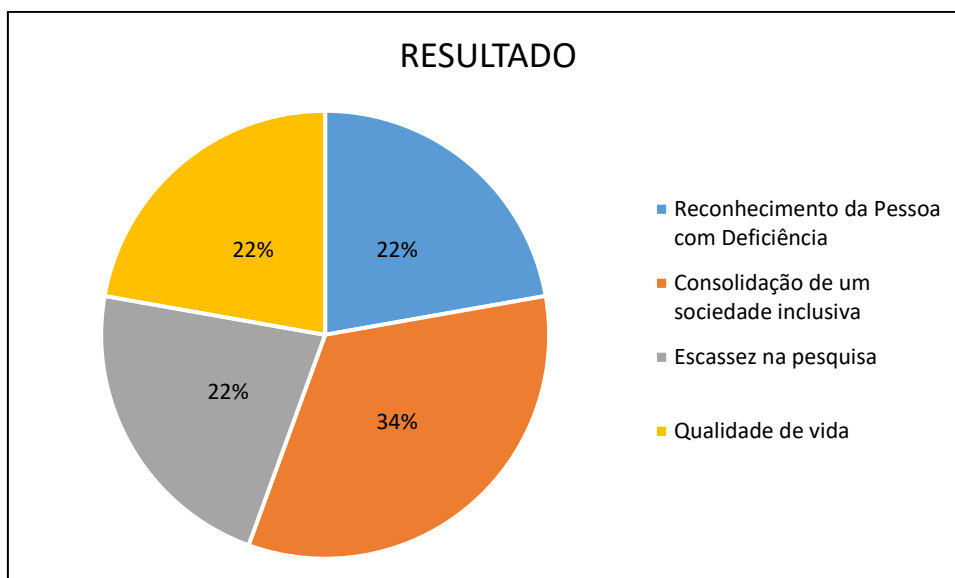
Fonte: Construção da autora

Com base nos dados é possível observar que há um acúmulo de produções em relação aos sujeitos com deficiência visual, no entanto, os estudos não vinculam as Práticas corporais de aventura a uma tipologia específica. Entende-se que essa prática pode ser adaptada e utilizada para pessoas com outras deficiências justamente por explorar a “[...] infinita complexidade dos seres humanos” (CARVALHO, 2005, p. 121) reconhecendo as suas limitações e potencialidades. No entanto, existe uma lacuna na produção acadêmica em pensar não só trabalhos, como projetos de extensão vinculados aos diversos tipos de tipologia.

4.4 Resultados

No que tange aos resultados foi elaborado em gráfico, conforme o quadro 2, para melhor analisar sua recorrência.

Gráfico 6 – Recorrência do Resultados



Fonte: Construção da autora

Como observado no gráfico acima 34% (3) dos textos são voltados para a Consolidação de uma sociedade inclusiva, 22% (2) abordam o Reconhecimento da Pessoas com Deficiência, outros 22% (2) representam a Escassez na pesquisa e os últimos 22% (2) discutem sobre Qualidade de vida.

Com base nos dados é possível analisar que os resultados mais recorrentes estão voltados para a consolidação de uma sociedade inclusiva. Isso se deve ao fato de as PCAs proporcionarem a redução de preconceitos, união de indivíduos e evidenciarem as características individuais, como aborda Costa (2009) e Munster (2004), contribuindo assim para o reconhecimento das pessoas com deficiência como “sujeitos com potencialidades e capazes de compartilhar e adquirir conhecimentos com as experiências vividas em seu cotidiano pessoal e social” (SASSAKI, 2006 apud ZORZAL, 2014, p. 14).

Conforme já discutidos anteriormente, de modo a contribuir com a qualidade de vida, as PCAs trazem benefícios como ampliação do acervo cultural e de movimentos, além de trazerem melhorias da aptidão e reabilitação física e proporcionar independência e confiança aos praticantes, como assegura Cardoso (2011) e Inácio (2016).

Pensando na escassez de trabalhos publicados sobre o conteúdo faz-se necessário novos projetos e pesquisas que discutem o tema, PCAs como ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência, de forma que os professores de Educação Física repensem suas aulas de modo a inserir tal assunto, uma vez que as PCAs são uma realidade nos dias atuais e estão presentes na BNCC.

5 CONCLUSÃO

Ao mapear as produções científicas veiculadas em periódicos da área de Educação Física, cujas temáticas envolviam as PCAs enquanto ferramenta inclusiva para pessoas com deficiência, destacamos as possíveis contribuições desta prática corporal para a inclusão nas aulas de Educação Física. Os dados revelaram um número ainda reduzido de pesquisas publicadas envolvendo as PCAs e pessoas com deficiência. Essa lacuna já era apontada por Nazari (2006) quando afirmava essa carência ao estudar sobre o Rapel. Ainda assim, foi possível observar que a deficiência não é impedimento para que essas práticas sejam desenvolvidas na escola, entretanto, é necessário investimento não só para inserção desse conteúdo nas aulas de Educação Física, como também de pesquisas voltadas para essa temática que possa colaborar com a efetivação das PCAs na prática.

Avaliamos como positivo as análises das pesquisas realizadas, pois, em sua maioria apontaram vários benefícios para a prática das PCAs para o desenvolvimento dos sujeitos com deficiência, principalmente por ser uma prática individual, no entanto mesmo sendo uma prática individual há laços de solidariedade, e a possibilidade do praticante se conhecer se respeitar e respeitar seu próprio tempo, sendo esse último, um fator crucial para os sujeitos com deficiência, por terem uma temporalidade muito específica.

Mesmo diante de benefícios comprovados por pesquisas como, MUNSTER, 2004; CARVALHO, 2005; ZORZAL, 2014, as PCAs ainda vem sendo pouco difundida, principalmente ao considerar a prática com pessoas com deficiência e em ambiente escolar, ainda que por outro lado, os documentos norteadores oficiais reconheçam esse conteúdo como sendo de grande valia.

Quanto mais ampla for a experiência da cultura corporal que os estudantes acumularem ao longo do processo de escolarização, melhor será para o desenvolvimento corporal, cultural e social. Sendo assim, é de extrema importância que os cursos, tanto de formação inicial, quanto de formação continuada e a produção acadêmica, reconheçam a potência das PCAs, de forma a estimular os professores a experimentar, conhecer e potencializar esse conteúdo nas aulas de Educação Física, oferecendo a seus alunos uma gama de possibilidades a serem experienciadas em diferentes realidades.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. GÁSPARI, A. F. Esportes radicais, de aventura e de ação: o conteúdo dos ensinos formal e não formal e os desafios de formação e prática do profissional de educação física. **Conexões**, v. 12, n. 3, p. 159-168, jul./ set., 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BRASIL. **Ministério da educação. Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, v. 2, 2017.

BUNGENSTAB, G. C. **Cultura jovem na cidade de Vitória/ES: as práticas corporais juvenis e sua relação com a Educação Física escolar**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BUNGENSTAB, G. C e col. Educação física no ensino médio: possibilidades de ensino das práticas corporais (de aventura). **Corpoconsciência**, v. 21, n. 3 p. 29-40, set./ dez., 2017.

CANTORANI, J. R. H. **Lazer nas atividades de aventura na natureza e qualidade de vida para pessoas com deficiência: um estudo a partir do caso da cidade de Socorro-SP**. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2013.

CAPAVERDE, M. R.; MEDEIROS, T. N.; ALVES, S. L. C. Esporte de aventura nas aulas de educação física: uma alternativa ao alcance dos profissionais? **Revista Vento e Movimento**. Osório, v. n. 1 p. 49 – 59, abr., 2012.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 33, n. 2 p. 529-539, abr./jun. 2011.

CARDOSO, I. T. *et al.* Circuito aventura: o Esporte de Aventura ao alcance de todos. **Revista da Sobama**. Santo André, v. 8, n. 1 p. 50, dez. 2003.

CARVALHO, A. J. S. **Esporte na natureza: estratégias de ensino do canionismo para pessoas com deficiência visual**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2005.

CHAVES, R.; ANJOS, J.; SOUZA, J. V. Slackline, buscando equilíbrio em meio à “escuridão”. **Revista da Sobama**. Ilhéus, v. 13, n. 2 p. 72, dez. 2012.

CHICON, J. F; SÁ, M. G. C. S. **Educação Física, adaptação e inclusão**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de educação aberta e à distância, 2012.

COIMBRA, D. A. AFANS e possíveis aprendizados. In: SCHWARTZ, Gisele Maria (org). **Aventuras na natureza: consolidando significados**. Jundiaí, SP: Fontoura Editora, 2006, p. 159-168.

COSTA, V. B. Inclusão social nos esportes de aventura na natureza: vivências e experiências de um pesquisador deficiente visual. **Efdeportes.com**, 2009. Disponível

em:<<https://www.efdeportes.com/efd136/experiencias-de-um-investigador-deficiente-visual.htm>>. Acesso em: 13 de nov. De 2020.

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000. Disponível em:<https://books.google.com.br/books/about/Esportes_de_Aventura_E_Risco_Na_Montanha.html?id=hxdpY4h9QcAC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q=risco%20controlado&f=false>. Acesso em: 25 de nov. De 2020.

GESSER, M; BLOCK, P; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa; e LOPES, Paula Helena (orgs.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

GONÇALVES, J. *et al.* Atividades de aventura na educação física escolar uma análise nos periódicos nacionais. **Pensar a prática**, v. 23. 2020.

GUEDES, D. G. S; BUNGENSTAB, G. C. Slackline: desafios e possibilidades no ambiente escolar. **Corpoconsciência**, v. 23, n. 1 p. 48-57, jan./ abr., 2019.

INÁCIO, H. L. D.; CAUPER, D. A. C.; SILVA, L. A. P.; MORAIS, G. G. Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular. **Motrivivência**. Goiânia, v. 28, n. 48 p. 168 – 187, set., 2016.

JUNIOR, R. V. O ambiente natural como agente facilitador do desenvolvimento sensorial e motor para Pessoas com Deficiência Visual. **Revista da Sobama**. Marília, v. 13, n. 2 p.49-56, jul/dez. 2012.

JUNIOR, R. V.; ARAUJO, P. F. Trilhas ecológicas com orientação para pessoas surdas. **Pensar a Prática**. Campinas, v. 11, n. 3 p. 269-280, set./dez. 2008.

MUNSTER, M. A. V. **Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. 2004.

NAZARI, J. Rapel: na perspectiva radical. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires. 2007. Disponível em: < <https://www.efdeportes.com/efd106/rappel-na-perpectiva-vertical.htm>>. Acesso em 02 de abr. de 2021.

PAULA, G. S. *et al.* Revisão sistemática das estratégias metodológicas utilizadas para adaptação da prática de esportes de aventura e da natureza para pessoas com deficiência. **Licere**. Belo Horizonte, v. 23, n. 4 p. 72-86, dez. 2020.

SILVA, C. B. et al. Escalada esportiva e síndrome de Down: uma experiência na escola de educação especial Juliano Varela em Campo Grande/MS. In: PEREIRA, Dimitri Wuo (org). **Pedagogia da aventura na escola**: Proposições para a base nacional comum curricular. Várzea Paulista, SP: Fontoura Editora. p. 39-57. 2019.

SILVA, D. P.; SILVA, P. R. P. F. Atividade física de aventura na natureza para pessoas com deficiência. **Licere**. Belo Horizonte, v. 22, n. 2 p. 268-296, jun. 2019.

SOUZA, J. V.; CHAVES, R. S. O Surf adaptado para Pessoas com Deficiência Visual: uma “onda” de sensações. **Revista da Sobama**. Presidente Prudente, v. 11, n. 1 p. 13-18, jan/dez. 2015.

TAVARES, R. N.; GARCIA, L. T.; RODRIGUES, A. T. Base Nacional Comum Curricular e Educação Física: análise de tendências e lacunas da produção acadêmica no Brasil. **Revista de Educação**. Niteroi, v. 6, n. 11 p. 185 – 207, jul/dez., 2019.

VIEIRA, J. R; CARVALHO, A. J. S. Estratégia de ensino dos esportes de aventura: perspectivas para os conteúdos da educação física escolar. In: PEREIRA, Dimitri Wuo (org). **Pedagogia da aventura na escola: Proposições para a base nacional comum curricular**. Várzea Paulista, SP: Fontoura Editora, 2019 p. 59-72.

ZORZAL, T. D. **As contribuições das práticas corporais da juventude na formação integral de jovens e adultos com deficiência: a experiência do LAEFA/CEFD/UFES**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.